

Trabalhos Científicos

Título: Panorama Brasileiro Da Sífilis Congênita Em Lactentes, Filhos De Mães Adolescentes, Entre 2015 E 2024

Autores: GABRIELLE OLIVEIRA SILVA (UNIFACS, NEPP), BARBARA SIMONE DAVID FERREIRA (UNIDOM, ZARNS, NEPP), AMANDA BARBOSA DE SOUZA (UFBA, ZARNS, NEPP), BEATRIZ VIRGENS MARQUES (ZARNS, NEPP), MANUELLA PINTO DE ALMEIDA (UNIFACS, NEPP), IGOR MACEDO PINTO (UNIFACS, NEPP), JOÃO VÍTOR OLIVEIRA MACHADO (ZARNS, NEPP), PIETRO FRANÇA ALMEIDA DE CARVALHO (ZARNS, NEPP), RAFAEL GARBINO FREIRE DE ALBUQUERQUE FEIJÓ (ZARNS, NEPP)

Resumo: A sífilis congênita (SC) é de transmissão vertical, grave problema de saúde pública, dessa forma é fundamental analisar o panorama nacional da sífilis congênita em filhos de mães adolescentes, entender suas fragilidades, com o intuito de melhorar as ações em saúde sexual, tratando de gravidez e IST, e melhorar a atenção à saúde materno-infantil. Traçar o perfil epidemiológico da SC em lactentes filhos de mãe adolescentes, no Brasil, entre 2015 e 2024. Este estudo é quantitativo, descritivo e ecológico, baseado em dados secundários do DATASUS, referentes ao período de 2015 a 2024. Foram analisados nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos e casos de sífilis congênita por unidade federativa (UF). Variáveis incluíram faixa etária, taxas por 1.000 nascidos vivos, sexo, raça, tipo de sífilis, pré-natal, tratamento do parceiro e UF. Os dados foram tratados em Excel 2024 e analisados com estatística descritiva e correlação de Pearson. Houve 51.356 casos de SC no período, Rio de Janeiro (18%) e São Paulo (14%) apresentaram mais casos, e Roraima (0,4%) e Rondônia (0,3%) os menores números. A maior concentração de casos em UFs do Sudeste, em contraste com as menores taxas em UFs do Norte, reforça desigualdades regionais na vigilância, prevenção e notificação da SC, ainda que se considere o tamanho populacional da UF. A maioria dos casos foi de pardos, 55%, e não houve diferença entre os sexos dos lactentes, o que está de acordo com o perfil demográfico nacional, conforme IBGE. O diagnóstico foi feito em até 6 dias em 95% dos casos, sendo que 84% das mães fizeram pré-natal e 59% tiveram diagnóstico nesse período. Embora a maioria das gestantes tenha realizado pré-natal, o fato do diagnóstico de sífilis ter ocorrido neste período em 59% dos casos pode indicar falhas na realização dos testes, ou infecção/reinfecção posterior. Por outro lado, o elevado número de diagnósticos até o sexto dia de vida sugere resposta adequada da atenção à saúde neonatal. O parceiro não foi tratado em 54% dos casos, o que representa um dos principais entraves ao controle da transmissão vertical, perpetuando o ciclo de reinfecção materna. Dentre os casos, houve 940 óbitos notificados, mas, apesar do número relativamente baixo, os possíveis danos futuros, principalmente impactos no desenvolvimento infantil mantêm a SC uma condição de alta relevância. Destacam-se ainda a ausência de dados sobre a conclusão do tratamento materno e a operação-dependência no preenchimento da base de dados. A SC é um grave problema de saúde pública no Brasil. Adolescentes compõem um grupo especialmente vulnerável, devido a fatores sociais, emocionais e educacionais que dificultam o diagnóstico precoce da gestação e da infecção, além de comprometerem a adesão ao pré-natal e ao tratamento. Essa conjuntura resulta em desfechos negativos para o binômio mãe-bebê. Os achados reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à saúde do adolescente, com ênfase na educação sexual e reprodutiva.